

## ACESSIBILIDADE CURRICULAR E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

**Simone Pereira dos Santos**  0000-0003-2637-3449  
**Dra. Helena Venites Sardagna**  0000-0002-6175-9542  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

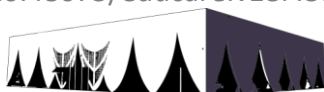
**RESUMO:** O artigo apresenta uma revisão de literatura com enfoque na acessibilidade curricular no contexto da inclusão escolar. A busca se deu em repositórios digitais mediante os seguintes indexadores: acessibilidade curricular; Educação Inclusiva; políticas inclusivas; escola inclusiva; Atendimento Educacional Especializado. O recorte temporal foi de 2008, ano da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, até a atualidade, tendo sido selecionados 19 estudos. Os resultados enfatizam quatro enfoques: as políticas públicas inclusivas como ferramenta de garantia da permanência na escola e de governamento de docentes e alunos; a diferença como processo de normalização e de subjetivação pelo discurso neoliberal; as adaptações ou flexibilizações na esteira da individualização; a Educação Especial e a Educação do Campo em percursos de marginalização. Conclui-se que os estudos apontam para dois delineamentos. O primeiro se refere à necessidade da operacionalização da inclusão de acordo com as políticas públicas, o segundo compreende a perspectiva inclusiva na relação com o acesso a práticas e lugares inclusivos diversos dentro do espaço da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade Curricular; Educação Inclusiva; Revisão de Literatura.

## CURRICULAR ACCESSIBILITY AND SCHOOL INCLUSION: A LITERATURE REVIEW

**ABSTRACT:** The article presents a literature review focusing on curricular accessibility in the context of school inclusion. The search took place in digital repositories through the indexes: curricular accessibility; Inclusive education; inclusive policies; inclusive school.; Specialized Educational Service. The time frame was from 2008, the year of implementation of the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education, to the present day and nineteen (19) studies were selected. The results emphasize four approaches: inclusive public policies as a tool to guarantee permanence in school and to govern teachers and students; difference as a process of normalization and subjectivation by the neoliberal discourse; adaptations or flexibility in the wake of individualization; Special Education and Rural Education in paths of marginalization. It is concluded that the studies point to two designs. The first about the need to operationalize inclusion in accordance with public policies and the second comprises the inclusive perspective in relation to access to different inclusive practices places within the space of education.

**KEYWORDS:** Curriculum Accessibility; Inclusive Education; Literature Review.

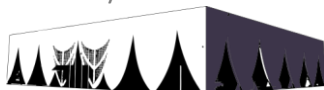


## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui-se de discursos que foram sendo cunhados mais especificamente após 1990, quando o Brasil teve participação na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia (UNICEF, 1990), assim como na Conferência Mundial de Educação Especial, que ocorreu em Salamanca, na Espanha (UNESCO, 1994). Lentamente, a perspectiva da educação inclusiva foi ganhando espaço enquanto política educacional, de modo que esses documentos serviram de balizadores para a legislação brasileira. Tal legislação visava a assegurar a educação das pessoas com deficiência no sistema educacional e reforçava a inclusão de todos, independentemente de suas diferenças ou especificidades. Nessa esteira, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) assegura, no Artigo 208, que a educação é direito de todas as pessoas, prevendo ainda os serviços de apoio como a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também prevê a oferta do AEE (BRASIL, 1996).

Em 2008, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI), que visa ao cumprimento dos compromissos que foram expostos na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. A PNEE-PEI, entre outras garantias, busca “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”, salientando o “acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino [...]” (BRASIL, 2008). Outro dispositivo é a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, como um marco de garantias para a perspectiva inclusiva escolar e social (BRASIL, 2015).

No que tange à inclusão escolar e à acessibilidade curricular, estudos mostram que a legislação, ao longo da segunda metade do século XX, foi passando por transformações, tendo em vista as garantias às pessoas com deficiência



(SARDAGNA, 2013; BARBOSA; SARDAGNA, 2021). Nesse sentido, sem desconsiderar a importância da defesa das práticas inclusivas, há que se problematizar as classificações e hierarquizações que foram sendo forjadas junto a essas transformações, criando tempos-espacos, assim como nomenclaturas e categorias para os sujeitos “a corrigir”.

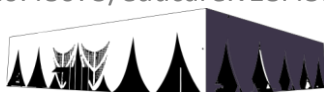
A legislação faz parte do conjunto de dispositivos para a regulamentação e regulação das condutas da população-alvo das políticas inclusivas, no bojo dos programas educacionais. Relacionamos esse contexto à noção de biopolítica, que, na inspiração foucaultiana, tem relação com as forças de gestão e condução da população para a qual se dirige.

Para Foucault (2008), ocorre uma arte de governar que não tem relação com governo político, mas com a forma de dirigir as condutas dos sujeitos da sociedade: “[...] a biopolítica lida com a população, e a população com o problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 292–293). Assim, os espaços escolares e respectivos processos inclusivos são também maneiras de regular a população que é alvo das políticas públicas.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 2001, p. 80).

Com a chegada dos sujeitos com deficiência no espaço escolar, decorrente das políticas públicas inclusivas, passou-se a realizar uma constante observação e vigilância sobre esses sujeitos, de modo a conduzi-los aos atendimentos ou serviços de apoio cabíveis. Esse acompanhamento nos permite estabelecer uma aproximação com os processos normalizadores.

O presente artigo objetiva analisar produções sobre a acessibilidade curricular no contexto da inclusão escolar. O texto parte de uma discussão conceitual sobre currículo, acessibilidade curricular e flexibilização curricular, na



seção dois. A revisão seguiu os critérios de inclusão e exclusão dos estudos elencados, conforme está descrito na seção três (abordagem metodológica), apresentando ainda os procedimentos e um quadro ilustrativo dos estudos selecionados para a análise.

A quarta seção traz o exercício analítico propriamente dito, evidenciando as tessituras possíveis que permitiram estabelecer relações entre os estudos selecionados e elencar quatro enfoques: as políticas públicas inclusivas como ferramenta de garantia da permanência na escola e de governamento de docentes e alunos; a diferença como processo de normalização e de subjetivação pelo discurso neoliberal; as adaptações ou flexibilizações na esteira da individualização; a Educação Especial e a Educação do Campo em percursos de marginalização. O artigo finaliza apontando algumas considerações.

## 2 CURRÍCULO, ACESSIBILIDADE CURRICULAR E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo escolar pode ter diferentes concepções; entretanto, no presente estudo o currículo é compreendido na sua relação intrínseca com a perspectiva inclusiva, levando em conta seus aspectos culturais, históricos e discursivos. A concepção de currículo, a partir da compreensão de Traversini *et al.* (2013, p. 15–16), relaciona o currículo a um artefato cultural:

Compreendemos esse artefato como uma construção histórica de saberes e culturas, um território para se pensar as diferenças numa dimensão que movimenta o ensinar e o aprender no âmbito escolar. Longe de ser somente uma lista de conteúdos, para nós o currículo incorpora esses conteúdos e práticas de ensino e aprendizagem para constituir o sujeito em seus processos no âmbito do cognitivo e de sua inserção cultural.

O currículo assim compreendido nos permite considerar o seu caráter produtivo, no conjunto discursivo que também foi constituindo os processos de escolarização e seus significados. Assim, esse currículo está relacionado às práticas junto aos sujeitos com deficiência e seus significados na escola comum,



enquanto um espaço de produção de estratégias e recursos que viabilizam seu acesso.

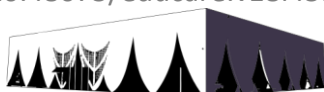
É pertinente elencar a compreensão de Silva (1999, p. 44), ao enfatizar que “[...] o currículo pode ser entendido como território de produção, circulação e consolidação de significados”. Logo, é um instrumento pelo qual se fabricam e se produzem meios de conhecimento e de permanência para os sujeitos com deficiência.

Pensar o currículo para a acessibilidade é também garantir as devidas flexibilizações necessárias para a permanência de todos no contexto escolar, sob o olhar pedagógico e o acompanhamento docente. Nesse sentido, a escola também é um agente para tornar o estudante mais próximo daquilo que as práticas normalizadoras supõem, atendendo ao imperativo da inclusão que marca todas as instituições escolares.

Sem desconsiderar as necessárias flexibilizações elencadas pelas escolas, muitos são os tensionamentos com relação à inclusão e à exclusão, devido às discussões que se travam sobre a temática — e a respeito dos sujeitos que compõem o público-alvo das políticas inclusivas. Isso nos faz problematizar:

[...] Por que falar de inclusão e de exclusão como duas palavras não é mais suficiente para a leitura e a problematização do vivido no presente? In/Exclusão seria uma proposta conceitual que permite ler o caráter das relações vividas em nosso tempo? Por que é fundamental submeter a noção de inclusão a uma crítica radical? O que caracteriza a inclusão pelo viés da educação especial e pelo viés da educação inclusiva? (LOPES; FABRIS, 2013, p. 7).

Nessa perspectiva, é preciso pensar nos processos de exclusão e de inclusão como duas faces de uma mesma questão, uma vez que não é sobre a opção por um ou por outro. Não se trata de alertar para os perigos da exclusão na oferta de matrículas: para além disso, a diáde in/exclusão fez parte da invenção dos espaços institucionais forjados nos processos de normalização da sociedade. Reafirma-se que as práticas de in/exclusão estabelecem estreita relação com a



acessibilidade ao currículo, por meio de diversas práticas de normalização operadas pela escola.

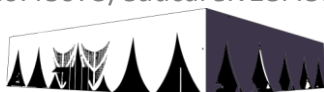
O currículo escolar é, de certa forma, regulador e normalizador, incidindo sobre os sujeitos com deficiência, a partir das estratégias elencadas para o processo de aprendizagem, como um dos elementos da biopolítica. Tanto as diretrizes e orientações quanto as ações e estratégias docentes são práticas relacionadas às políticas que dirigem a população e, portanto, normalizam-na.

### 3 REVISÃO DA LITERATURA: ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica adotada no presente artigo é um estudo bibliográfico do tipo revisão da literatura sobre a acessibilidade curricular para a inclusão, a fim de estabelecer possíveis relações com outras pesquisas que tratam do tema. A revisão da literatura “deve esclarecer, portanto, os pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa e as contribuições proporcionadas por investigações anteriores” (GIL, 2002, p. 162). Essa revisão não pode ser constituída apenas por referências ou sínteses dos estudos feitos, mas por discussão crítica do estado atual do tema.

O primeiro procedimento foi elencar os critérios para a busca dos trabalhos (teses, dissertações e artigos), com a delimitação de descritores e do recorte temporal, que partiu de 2008 (ano da implantação da PNEE-PEI) até a atualidade. Além da definição de indexadores e do recorte temporal, um dos critérios de inclusão foi a proximidade com trabalhos que utilizassem noções foucaultianas em suas análises, com foco na acessibilidade curricular e na educação inclusiva. Os critérios de exclusão foram tratar de áreas da saúde e assistência social e ter na composição de autoria um dos autores do presente texto.

A busca se deu na plataforma Google Acadêmico e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mediante os seguintes indexadores: a) acessibilidade curricular; b)



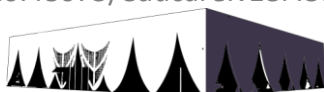
educação inclusiva; c) políticas inclusivas; d) escola inclusiva.; e) Atendimento Educacional Especializado.

A triagem dos materiais consistiu em verificar os títulos e as palavras-chave, assim como fazer a leitura dos resumos, em um primeiro momento. Após, foram elencados os textos para serem lidos por completo. A classificação final dos materiais consistiu na leitura do texto na íntegra, na tentativa de aprofundar os assuntos abordados.

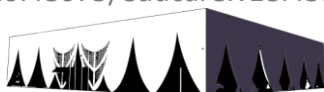
Foram selecionados inicialmente 23 estudos em língua portuguesa; porém, quatro artigos foram excluídos por tratarem de discussões envolvendo os campos da saúde e da assistência social. No Quadro 1, estão destacados os 19 estudos selecionados que atenderam aos critérios: 11 artigos, cinco dissertações e três teses.

**Quadro 1:** Artigos, teses e dissertações da temática pesquisada

ANO	TÍTULO/TIPO	AUTOR(ES)	PALAVRAS-CHAVE
2010	Inclusão escolar e a educação para todos (Tese).	Iolanda Montano dos Santos	Inclusão escolar; Inclusão social; Política educacional; Governamentalidade; Biopoder; Michel Foucault.
2011	A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva (Tese).	Eliana da Costa Pereira de Menezes	Inclusão escolar; Subjetivação Normalização; Neoliberalismo; Políticas públicas.
2011	Inclusão escolar na região noroeste colonial do RS (Tese).	Ana Sara Castaman	Inclusão Escolar; Projeto Político-Pedagógico; Políticas de Inclusão; Governamentalidade; Normalização.
2011	Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15 (Artigo).	Katia Regina Moreno Caiado; Silvia Márcia Ferreira Meletti	Educação Especial; Educação do Campo; Educação Inclusiva; ANPEd.
2012	O Atendimento Educacional Especializado como uma tecnologia de governo: a condução das condutas docentes na escola inclusiva (Dissertação).	Simoni Timm Hermes	Inclusão Escolar; Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Docência; Governamentalidade.
2012	A in/exclusão e a formação docente: uma discussão a partir dos estudos foucaultianos (Artigo).	Fernanda Zanette Garbini	In/exclusão; Formação docente; Estudos foucaultianos.



<b>2013</b>	Avaliação em educação especial: tecnologia de governmento no atendimento educacional especializado (Dissertação).	Grasiela Maria Silva Rios	Avaliação; Inclusão Escolar; Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Governamentalidade.
<b>2014</b>	Entre leis, decretos e resoluções... A inclusão escolar no jogo neoliberal (Artigo).	Gisele Ruiz Silva; Paula Corrêa Henning	Governamentalidade; Políticas de inclusão escolar; Estudos foucaultianos.
<b>2015</b>	“Cada um aprende de um jeito”, das adaptações as flexibilizações curriculares (Dissertação).	Renata Porcher Scherer	Adaptações curriculares; Flexibilizações curriculares; Currículo; Inclusão Escolar; Discurso.
<b>2016</b>	Interface educação especial - educação do campo: diretrizes políticas e produção do conhecimento no Brasil (Artigo).	Washington Cesar Shoiti Nozu; Marilda Moraes Garcia Bruno; Eladio Sebastián Heredero	Educação inclusiva. Educação especial. Educação do campo
<b>2018</b>	Acessibilidade como condição de Acesso, Participação, Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos com Deficiência (Artigo).	Graciele Marjana Kraemer; Adriana da Silva Thoma	Inclusão; Acessibilidade; Aprendizagem.
<b>2018</b>	Políticas Públicas de Inclusão e a privatização da responsabilidade docente na e pela formação de professores (Artigo).	Leandra Bôer Bragamonte Possa; Patrícia Luciene de Albuquerque	Políticas de inclusão; governamentalidade; inclusão; professores e sua formação.
<b>2018</b>	A educação inclusiva nas escolas municipais de Uberlândia: dos anos 90 à primeira década do século XX (Dissertação).	Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti	Governamentalidade; Educação Especial e Inclusiva; Discurso
<b>2019</b>	Inclusão escolar: um olhar sobre as formas de conviver com o outro (Artigo).	Neusetete Machado Rigo	Diferenças; Experiência; Normalização; Encontro com o outro.
<b>2020</b>	Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva (Artigo).	Alexandre Filordi de Carvalho; Silvio D. de Oliveira Gallo	Educação; Inclusão; Biopolítica; Governamentalidade.
<b>2020</b>	O discurso da educação inclusiva: estratégias de biopoder na rede de sentidos (Artigo).	Antonia Janny Chagas Feitosa; Edson Santos de Lima; Maria Eliza Freitas do Nascimento	Discurso; Biopoder; Corpo com deficiência; Efeitos de sentido; Governamentalidade.
<b>2020</b>	Os discursos inclusivos e seus efeitos sobre o discente normal: estratégias de governmento (Artigo).	Camila Bottero Corrêa; Kamila Lockmann	Inclusão; Normalização; Sensibilização; Governmento.
<b>2020</b>	Discursos inclusivos em circulação nas escolas e seus efeitos na autocondução docente (Artigo).	Eliana Pereira Menezes; Priscila Turchiello	Educação Inclusiva; Subjetivação; Educação Especial.





2021	Retratos da inclusão escolar: problematização de um caso a partir da biopolítica de Michel Foucault (Dissertação).	Bruna Carla de Carvalho Amaral	Inclusão escolar; Governamentalidade; Biopolítica.
------	--	--------------------------------	--

**Fonte:** Autoras (2022).

## 4 PARA ONDE APONTAM OS ESTUDOS: TESSITURAS POSSÍVEIS

A presente seção traz uma breve descrição dos estudos elencados, enfatizando objetivos e resultados encontrados, para atender ao propósito de evidenciar conhecimentos produzidos. A descrição seguiu a organização dos estudos por eixo de análise.

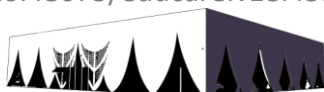
O primeiro eixo, “As políticas públicas inclusivas como ferramenta de garantia da permanência na escola e de governo de docentes e alunos”, foi composto por estudos que articulam as políticas educacionais com as práticas de governo, na gestão das condutas e da vida dos sujeitos.

Santos (2010), em sua tese, problematiza a inclusão escolar como processos educacionais, empregando os conceitos de governamentalidade, governo, biopoder e norma para a compreensão das práticas de inclusão escolar e social.

[...] o atual paradigma da inclusão como uma rede discursiva que parece enfatizar novas estruturas e funções da inclusão escolar e social e também da gestão educacional. Tal rede estaria implicada em novas configurações reguladoras das políticas educacionais (SANTOS, 2010, p. 195).

A autora argumenta que a inclusão é produzida na escola e para além do espaço escolar, sendo que as primeiras ações acontecem no campo pedagógico, perpassando a vida dos sujeitos incluídos e fazendo parte de sua vida em sociedade.

Hermes (2012) aborda o gerenciamento das condutas docentes para atuarem no Atendimento Educacional Especializado, sob conceitos de governamentalidade e biopolítica. Hermes traz o cruzamento da Educação Inclusiva com a Educação Especial, associando-as a uma produção docente para o AEE que potencializa as táticas de governo a respeito da docência, assim



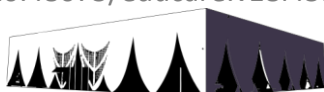
como da organização de diagnósticos, da formação docente e do processo de escolarização dos estudantes.

Nessa direção também, Rios (2013) questiona a compreensão dos discursos sobre a avaliação, colocados em funcionamento pelo serviço de AEE, na direção das condutas dos professores que atuam nesse atendimento. A autora analisa que o docente é “um docente vigilante, o qual registra seus avanços, acompanha seus desempenhos, averiguando a necessidade ou não de AEE” (RIOS, 2013, p. 133). Fica perceptível o papel do docente do AEE, que desempenha diversas funções, desde a oferta do atendimento até o acompanhamento do processo, as parcerias com professores e a articulação com demais setores.

Garbini (2012) problematiza o conceito de in/exclusão e a formação docente: “[...] a in/exclusão encarada como estratégia de governo, [...] a fim de compreender a busca pelo governo de indivíduos, através das políticas educacionais” (p. 29). Assim, a legislação no campo das políticas públicas atua sobre os sujeitos como prática de governo, cujas regulações se dão por meio das políticas educacionais e da formação docente, tendo em vista os sujeitos que integram o espaço da escola.

A inclusão e a acessibilidade também são debatidas por Feitosa, Lima e Nascimento (2020), que analisaram o discurso da Educação Inclusiva materializado em campanhas institucionais de cunho educativo, colocando em destaque os efeitos de sentido dos enunciados, em articulação com as estratégias de biopoder. Sob a análise do discurso, no espaço da discursividade, os autores entendem que as campanhas são produzidas como estratégias de regulação e de controle de estudantes, docentes e instituições.

A relação com o governo nas políticas educacionais é evidenciada no estudo de Possa e Albuquerque (2018) ao apontarem que, entre o público e o privado, o coletivo e o privativo, as políticas de inclusão, sejam elas nacionais ou internacionais; estão relacionadas a uma arte de governar. As autoras conduzem a análise a partir de uma perspectiva pós-estruturalista com foco nos estudos



foucaultianos, buscando compreender a inclusão como possível imperativo que articula diferentes tecnologias de conduzir condutas na contemporaneidade. Essa condução está apontada para uma perspectiva de uma política inclusiva inventada a partir de uma racionalidade que opera nas condutas dos sujeitos.

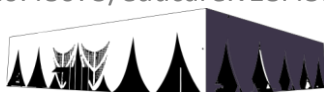
O estudo se baseia em documentos internacionais e nacionais sobre políticas de formação de professores no Brasil para a inclusão e finaliza salientando a existência de um discurso de verdade que coloca o professor como responsável pelo processo e pelas práticas inclusivas.

Ranzatti (2018) buscou compreender a configuração da Educação Inclusiva em escolas municipais de Uberlândia, com inspiração em Foucault. Seu estudo examinou a relação existente entre a arte de governar presente no liberalismo e as práticas discursivas ou não discursivas no processo de gestão da vida da população, no contexto da biopolítica e da governamentalidade. A autora argumenta que os discursos colaboraram para que os corpos no espaço da escola fossem subjetivados e objetivados pelos saberes, no decorrer das mudanças históricas das práticas discursivas e não discursivas sobre a Educação Inclusiva.

Os estudos seguintes foram reunidos no eixo “A diferença como processo de normalização e de subjetivação pelo discurso neoliberal”, por problematizarem movimentos presentes na escola contemporânea que evidenciam processos de normalização e de subjetivação alinhados ao mercado e à lógica capitalista.

A tese de Menezes (2011) analisa a genealogia sobre as práticas operadas pela escola, entendida como forma de normalização a serviço do Estado, como produção de subjetividades inclusivas. A autora relaciona as políticas públicas inclusivas com os registros de práticas escolares:

[...] pude perceber que as práticas de meados do século XX se aproximam e se assemelham as vivenciadas hoje nas escolas. São semelhantes, porém significadas a partir de outros princípios, o que acaba por provocar o redesenho dos processos de subjetivação. [...] Se antes havia um acento moral/disciplinar que pelos relatos/testemunhos das ações caridosas dos alunos procurava mostrar seu desenvolvimento humano, hoje vemos um acento moral/disciplinar/regulador que opera pela lógica de mercado para a organização da vida da população (MENEZES, 2011, p. 174–175).



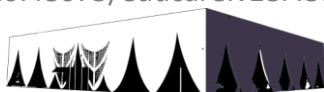
Os deslocamentos nas práticas dentro da escola não resultam em grandes mudanças. Todavia, a produção de subjetividades passa a operar constituindo sujeitos desejáveis ao mercado, sendo estes capazes de se adaptar às mudanças, autogerir-se, produzindo condições de inclusão e permanência.

Castaman (2011) enfatiza as práticas de normalização e de controle por meio do discurso da inclusão, ao relacionar inclusão e políticas públicas inclusivas. A autora analisa como a inclusão escolar foi constituída nas políticas nacionais e nos documentos escolares, sob as noções de governamentalidade e normalização.

A inclusão, embora balizada por Declarações Mundiais, se deu sob o domínio dos saberes que compõem a educação especial – com ênfase na normalização dos sujeitos tidos com deficiência (ou anormais). Ao trazer as políticas de inclusão, os índices, as pesquisas e as teorias, mostrei como o Estado busca conhecer as condições de vida e de educação da população para poder definir políticas e modos de governar (CASTAMAN, 2011, p. 115).

Assim, a inclusão escolar não está restrita apenas às práticas escolares, mas tem relação com o governo e o controle dos sujeitos com deficiência na sociedade, tendo suporte nas políticas de inclusão.

Rigo (2019) pontua a diferença e os processos de normalização ao problematizar o enredamento entre o processo de inclusão escolar e a questão das diferenças nas práticas dos professores em escola pública de Educação Básica, discutindo como a escola, enquanto instituição normativa, desenvolve uma educação na qual as diferenças possam existir e não ser vistas como um problema da ordem pedagógica e social. A análise da autora apontou que a inclusão escolar está proporcionando um encontro com o outro, efetivado por processos de normalização que, por sua vez, anulam as diferenças e conduzem à mesmidade. Ao mesmo tempo, produzem experiências nos sujeitos, resultando no



reconhecimento do outro como a diferença que não depende do consentimento do eu para existir.

Nessa direção, Corrêa e Lockmann (2020) investigaram discursos de inclusão, materializados em documentos oficiais, atentando para a forma como operam estratégias de governo sobre os sujeitos ditos normais. As autoras evidenciam que as práticas de reflexão presentes nos documentos fazem parte de um movimento de aceitação e respeito à diversidade, contribuindo para o processo de naturalização da diferença e também para a noção de normalidade.

Já Menezes e Turchiello (2020) enfatizam os processos de subjetivação, ao analisarem os desdobramentos das políticas de inclusão na sociedade, problematizando os seus efeitos na subjetivação de docentes de escolas públicas, ancorando-se nos estudos foucaultianos. A pesquisa mostra que práticas discursivas produzidas pelos professores têm efeitos de subjetivação e de responsabilização da Educação Especial por meio das ações inclusivas. Entretanto, têm também efeito de “silenciamento com relação as orientações políticas, o que acaba operando a não problematização e o fortalecimento do imperativo inclusivo no país” (MENEZES; TURCHIELLO, 2020, p. 161).

Silva e Henning (2014) estabelecem relação com o contexto neoliberal, ao analisarem documentos legais que contemplam a inclusão escolar, com abordagem teórico-metodológica referenciada na análise do discurso em Michel Foucault, com o intuito de mapear as enunciações que evidenciam modos de constituir os sujeitos “da inclusão”. Operando com os conceitos foucaultianos de discurso, poder, norma, normalização, inclusão/exclusão, Silva e Henning (2014) tomam a inclusão como um imperativo da governamentalidade numa lógica neoliberal, ao evidenciar que se objetiva o maior número de sujeitos nas redes do mercado.

Também problematizando o contexto neoliberal, Carvalho e Gallo (2020) investigam os processos de inclusão na política educacional brasileira no período de 1985 até 2016, evidenciando a sua precarização na atualidade. Empregando a



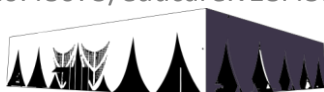
biopolítica e o operador conceitual da governamentalidade, argumentam que o Brasil obteve avanços rumo a uma lógica da inclusão da diferença, para uma governamentalidade democrática. Contudo, vive-se um neoliberalismo exacerbado, precarizando corpos diferentes que não coadunam com a lógica do capital.

O terceiro conjunto de estudos foi organizado sob o eixo “As adaptações ou flexibilizações na esteira da individualização”, evidenciando a importância da flexibilização em respeito às especificidades individuais. Por outro lado, problematiza a relação entre as práticas inclusivas e a necessidade de sujeitos que exerçam autonomia enquanto consumidores.

Na dissertação de Scherer (2015), são analisados os significados das adaptações curriculares colocados nos documentos legais e nas revistas pedagógicas. Sob a análise do discurso, examina as informações produzidas e constata que as adaptações curriculares foram resultado de vários movimentos nacionais e internacionais, que acabam por normatizar a inclusão escolar. Concluiu que a flexibilização é atrelada a uma docência mais flexível, ficando sob os cuidados do professor elaborar estratégias para o ensino de todos os alunos, respeitando a individualidade de cada sujeito.

A individualização do sujeito pode ser evidenciada nas práticas que responsabilizam o aluno pela não aprendizagem. Nesse contexto, a pesquisa de Amaral (2021) despertou questionamentos a respeito de experiências no campo da inclusão escolar, a partir de diálogos com docentes. A autora constata:

[...] diálogos demonstravam certa apologia da medicalização, com destaque para a busca por laudos e diagnósticos das crianças, com a presença de inferências sobre o uso de fármacos, suas dosagens e seus efeitos. Foi possível perceber, em suas falas, a busca constante por um elemento externo que solucionasse o problema de não saber como agir com determinados alunos, fosse ele uma medicação, um laudo, ou um professor especialista (AMARAL, 2021, p. 14).

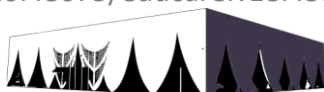


A problemática de uma lógica da medicalização e do olhar acentuado no aspecto clínico foi um ponto observado pela autora, assim como a valorização e o destaque dado ao laudo como parte da solução de problemas que se colocam no dia a dia da escola. Esse é um tema controverso nos contextos escolares e merece discussões aprofundadas pelo corpo docente.

O aluno incluído, enquanto alvo das práticas de acessibilidade e inclusão, é potencial produtor e consumidor na sociedade. Nesse sentido, Kraemer e Thoma (2018) questionam como a acessibilidade tem se constituído como condição de acesso, participação e desenvolvimento da aprendizagem dos sujeitos, por meio das ferramentas teórico-metodológicas das noções de governamentalidade e biopolítica de Michel Foucault. Os sujeitos são fonte de investimento do Estado, para que não só produzam, mas também consumam. Contudo, concordam que a acessibilidade se constitui como estratégia potente da inclusão escolar, que efetiva o acesso e a permanência da aprendizagem dos alunos com deficiência na escola comum.

O quarto e último eixo, denominado “A Educação Especial e a Educação do Campo em percursos de marginalização”, tem menor recorrência e foi composto de apenas dois estudos que evidenciam as duas modalidades, Educação Especial e Educação do Campo; como marginalizadas, pois as políticas se voltam mais para os centros urbanos.

Caiado e Meletti (2011) analisam os conceitos de Educação Especial e de Educação do Campo e a sua interface com a legislação atual, salientando a escassez de pesquisas na área. O estudo explora os dados do Censo Escolar no período de 2007 a 2010, referentes às matrículas dos alunos com alguma deficiência que vivem e estudam no campo. As autoras observam que existe uma maior incidência de alunos com deficiência que vivem no campo e estudam na cidade, o que leva a um maior número de matrículas em escolas comuns. Além disso, evidenciam um significativo número de matrículas de alunos com deficiência intelectual nos sistemas segregados de ensino.



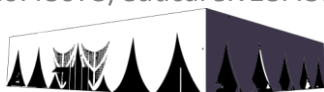
O artigo de Nozu, Bruno e Heredero (2016) também enfatiza a articulação entre a Educação Especial e a Educação do Campo, mostrando um cenário político e epistemológico entre essas duas modalidades de educação no Brasil. O trabalho foi organizado em três momentos. Inicialmente, explicitam a seleção de dispositivos relativos à Educação Especial, à Educação do Campo e à interface entre ambas, que eram previstos na legislação brasileira. No segundo momento, apontam um breve panorama da produção de conhecimento acadêmico. Já no terceiro momento, estabelecem aproximações entre a Educação Especial e a Educação do Campo, apontando alguns desafios políticos e epistemológicos para a relação entre essas duas modalidades.

Nozu, Bruno e Heredero (2016) inferem que tanto a Educação Especial quanto a Educação do Campo são historicamente marginalizadas no contexto educacional brasileiro, em que ambas estão pautadas em propostas pedagógicas fundamentadas pelo princípio da Educação Inclusiva.

Ao finalizar as leituras e estabelecer relações entre os estudos, fica evidente que as políticas públicas inclusivas são ferramenta de garantia da permanência na escola, por outro lado, tanto as políticas educacionais quanto as práticas pedagógicas estão alinhadas a certa naturalização ou até minimização/apagamento das diferenças.

As discussões sobre uma produção de subjetivação nos sistemas de ensino para a inclusão, evidenciam estratégias de condução das condutas, em que há controle mútuo de docentes e discentes. Nesse bojo, estão as práticas de in/exclusão, a partir das quais tanto o “in - dentro” quanto o “ex - fora” são invenções oriundas de processos normalizadores que historicamente criaram posições, hierarquizações e categorizações para a sociedade, resultando assim em táticas para potencializar as normalizações.

A acessibilidade é enfatizada nas análises do contexto social e macropolítico, em que os autores identificam as práticas de inclusão relacionadas às práticas de flexibilização curricular, vinculadas a um imperativo da governamentalidade





neoliberal. Nesse contexto, os sujeitos são vistos por meio das redes de mercado, em uma sociedade de controle, para a qual são necessários sujeitos flexíveis.

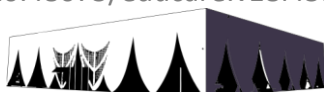
## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tratou da revisão de literatura sobre a inclusão escolar e a acessibilidade curricular no meio acadêmico no Brasil e permitiu destacar convergências em alguns pontos e especificidades ou problematizações em outros. A discussão foi apresentada em quatro enfoques e conclui-se que os estudos apontam para dois delineamentos. O primeiro se refere à necessidade da operacionalização da inclusão de acordo com as políticas públicas, o segundo compreende a perspectiva inclusiva na relação com o acesso a lugares inclusivos diversos dentro do espaço da educação.

É unânime a opinião de que a escola, para se dizer inclusiva, para promover a educação inclusiva, precisa promover acessibilidade curricular e fortalecer estratégias pedagógicas, atitudinais e estruturais. Há que fortalecer e consolidar práticas, a exemplo dos serviços de apoio, como o AEE. Entretanto, são necessárias políticas e regulamentos que assegurem a acessibilidade curricular num sentido abrangente, e não apenas com ações pontuais nas escolas.

Para além das constatações estão as problematizações acerca dos discursos que reverberam nos sistemas educacionais e criam regimes de verdade que encampam as escolas. Assim, propomos o exercício de questioná-los olhando para o que produzem em termos de subjetividades e de normalizações, no contexto da própria sociedade, aliada às demandas de mercado, como algumas análises evidenciaram.

As discussões mostram também a necessidade da operacionalização da inclusão de acordo com as políticas públicas, o que ainda parece estar em processo. Logo, é possível compreender que tanto a inclusão escolar quanto a acessibilidade curricular podem ser entendidas no âmbito da prática de regulação da população-alvo da Educação Especial.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, B. C. de C. **Retratos da inclusão escolar**: problematização de um caso a partir da biopolítica de Michel Foucault. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2021.

BARBOSA, L. da S.; SARDAGNA, H.V. O corpo da deficiência sob o olhar docente no Atendimento Educacional Especializado. **Revista Diálogo Educacional**, v. 21, n. 70, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

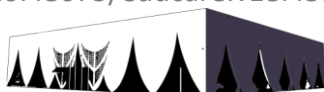
BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Ministério da Educação, 2015.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 93-104, 2011.

CARVALHO, A. F. DE; GALLO, S. D. DE O. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, v. 16, n. 1, 2020.

CASTAMAN, A. S. **Inclusão escolar na região Noroeste colonial do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Sinos, São Leopoldo, 2011.

CORRÊA, C. B.; LOCKMANN, K. Os discursos inclusivos e seus efeitos sobre o discente normal: estratégias de governo. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 3, p. 1094-1112, 2020.



FEITOSA, A. J. C.; LIMA, E. S. DE; NASCIMENTO, M. E. F. O discurso da educação inclusiva: estratégias de biopoder na rede de sentidos. **Revista MetaLinguagens**, v. 7, n. 1, p. 127-152, 2020.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 95–132.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARBINI, F. Z. A in/exclusão e a formação docente: uma discussão a partir dos estudos foucaultianos. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 134, p. 19-30, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HERMES, S. T. **O atendimento educacional especializado como uma tecnologia de governo**: a condução das condutas docentes na escola inclusiva. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

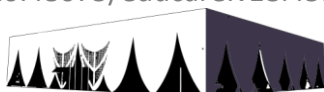
KRAEMER, G. M.; THOMA, A. DA S. Acessibilidade como Condição de Acesso, Participação, Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos com Deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 554–563, 2018.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MENEZES, E. DA C. P. DE. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Sinos, São Leopoldo, 2011.

MENEZES, E. P.; TURCHIELLO, P. Discursos inclusivos em circulação nas escolas e seus efeitos na condução docente. **Reflexão e Ação**, v. 28, n. 1, p. 161-173, 2020.

NOZU, W. C. S.; BRUNO, M. M. G.; HEREDERO, E. S. Interface educação especial - educação do campo: diretrizes políticas e produção do conhecimento



no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 1, p. 489-502, 2016.

POSSA, L. B.; BRAGAMONTE, P. L. DE A. Políticas Públicas de Inclusão e a privatização da responsabilidade docente na e pela formação de professores. Educación e Inclusión: Aportes y perspectivas de la Educación Comparada para la Equidad. In: CONGRESO NACIONAL EDUCACIÓN COMPARADA TENERIFE, 2018, Tenerife. **Anais** [...]. La Rioja: Dialnet, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7768562>. Acesso em: 13 fev. 2023

RANZATTI, R. M. F. **A educação inclusiva nas escolas municipais de Uberlândia**: dos anos 90 à primeira década do século XXI. 2018. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

RIGO, N. M. Inclusão escolar: um olhar sobre as formas de conviver com o outro. **ETD Educação Temática Digital**, v. 21, n. 2, p. 495-512, 2019.

RIOS, G. M. S. **Avaliação em educação especial**: tecnologia de gerenciamento no atendimento educacional especializado. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

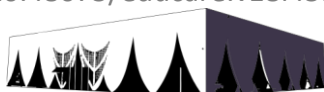
SANTOS, I. U. M. DOS. **Inclusão escolar e a educação para todos**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SARDAGNA, H. V. Da institucionalização do anormal à inclusão escolar. In: FABRIS, E. T. H.; KLEIN, R. R. (ORG.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 45-60.

SCHERER, R. P. **“Cada um aprende de um jeito”**: das adaptações às flexibilizações curriculares. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Sinos, São Leopoldo, 2015.

SILVA, T. T. da. O currículo como representação. In: SILVA, T. T. da (ED.). **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 31-69.

SILVA, G. R.; HENNING, P. C. Entre leis, decretos e resoluções... a inclusão escolar no jogo neoliberal. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 43, p. 843-864, 2014.



TRAVERSINI, C. S. *et al.* Pontos de ancoragem: a pesquisa, o currículo e os processos de in/exclusão no ensino fundamental. *In:* TRAVERSINI, C. S. *et al.* (ED.). **Currículo e inclusão na escola de ensino fundamental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 15–20.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Salamanca: Unesco, 1994.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien: UNICEF, 1990.

Recebido em: 16-02-2023

Aceito em: 25-04-2023

